



ATA N.º 2472

1 Aos **vinte e sete dias** do mês de **setembro** ano de dois mil e onze, reuniram-se, em caráter **ordinário**, às
2 dezoito horas e vinte e cinco minutos, na Sala de Reuniões do sexto pavimento do prédio da Secretaria de
3 Obras e Viação e do Planejamento Municipal, os seguintes conselheiros do Conselho Municipal de
4 Desenvolvimento Urbano Ambiental: **Márcio Bins Ely**, Secretário da Secretaria do Planejamento Municipal, e
5 presidindo a reunião; **Iara Castelo**, titular da universidade Federal do rio Grande do Sul; **Rodrigo Schnitzer**,
6 titular da fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional; **Rogério G. de Los Santos**, primeiro
7 suplente do Departamento Municipal de Habitação; **Julio Miranda**, titular da Empresa Pública de Transporte e
8 Circulação (EPTC); **Rosane Zottis**, titular do Gabinete do Prefeito (GP); **Breno Ribeiro**, primeiro suplente da
9 Secretaria do Planejamento Municipal (SPM); **René de Souza**, titular da Secretaria Municipal de Gestão e
10 Acompanhamento Estratégico (SMGAE); **Gilmara Muller**, segunda suplente da secretaria de Obras e Viação;
11 **Pedro Alberto da Silva Souza**, titular da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM); **José Euclésio dos**
12 **Santos**, titular da Associação Gaúcha dos Escritórios de Direito imobiliário; **Dino Damiani Neto**, primeiro
13 suplente da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (ASBEA); **Jaime Rodrigues**, titular do
14 Instituto de Planejamento e Estudos Socio Ambientais; **José Seabra Domingues**, titular da Ordem dos
15 advogados do Brasil do rio Grande do Sul; **Alexandre Cohen**, primeiro suplente do Sindicato dos Corretores
16 de Imóveis (SINDIMÓVEIS); **Jorge Larré**, titular do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção
17 Civil de Porto Alegre (STICC); **Ibirá Santos Lucas**, titular da Região de Planejamento Um (RP 1); **Lotar**
18 **Markus**, titular, e **Osório Queiroz Júnior**, segundo suplente da Região de Planejamento Dois (RP 2); **Clarita**
19 **Parizotto**, titular da Região de Planejamento Quatro (RP 4); **Sérgio do Amaral**, primeiro suplente da Região
20 de Planejamento Cinco (RP 5); **Ronaldo Leite**, primeiro suplente, e **Arno Trapp**, segundo suplente da Região
21 de Planejamento Seis (RP 6); **Eduíno de Mattos**, titular da Região de Planejamento Sete (RP 7); **Dalcina**
22 **Vargas**, titular da Região de Planejamento Oito (RP 8); **Alceu Rosa da Silva**, primeiro suplente da Temática
23 Organização da Cidade Desenvolvimento Urbano Ambiental (OCUA), e **Ana Paula Tomasi**, Secretária
24 Executiva e relatora dos trabalhos. **Presidente Márcio** fez a abertura da sessão e deu início à **Votação da**
25 **Ata**. Não foram sugeridas alterações à ata da última reunião. A mesma foi colocada em votação e foi
26 aprovada por dezesseis votos favoráveis, nenhum voto contrário e seis abstenções. **Presidente** sugeriu
27 inversão do período de comunicações, para priorização do processo primeiro da pauta, tendo em vista a
28 relevância do tema e presença de convidados. A proposta foi colocada em votação e foi aprovada, com todos
29 favoráveis e uma abstenção. Foi dado início à **Ordem do Dia. Processo Quatro Ponto Um**. Expediente
30 001.002539.07.1. Interessado: SPM. Assunto: Minuta de Projeto de Lei Complementar para a Instituição e
31 Definição de Regiões de Potencial Tecnológico – REPOTs. Relator: SMOV. Em diligências ao COMCET em
32 09/08/2011, com retorno em 06/09/2011. Conselheira **Gilmara** (SMOV), relatora do processo, fez
33 apresentação sobre a minuta da lei em apreciação. Fez projeção de imagens. Mostrou mapa, conforme anexo
34 único. Procedeu a leitura e esclareceu significados. Informou conceituação para o termo *Área de Potencial*
35 *Tecnológico*. Deu detalhes e se posicionou favorável à aprovação. Opinou a importante contribuição à cidade
36 e referiu o longo tempo de tramitação. Secretário da Secretaria InovaPoa, **Newton Braga Rosa**, falou sobre o
37 teor do apreciado. Falou sobre a importância e conquistas na área de tecnologia em Porto Alegre. Referiu
38 TecnoPUC. Referiu criação de empregos. Referiu necessidade de investimentos e qualificação. Informou o
39 reconhecimento internacional de Porto Alegre. Deu exemplos. Referiu a importância da lei em pauta. Referiu a
40 existência do CEITEC, e importância de criação de empresas no entorno que tenham relação direta com a
41 atividade desenvolvida. Opinou necessária a garantia através da lei de vizinhança relacionada. Falou sobre a
42 importância de existirem incentivos para o incremento do desenvolvimento tecnológico já evidenciado em
43 Porto Alegre. Presidente do COMCET **Jorge Branco** fez apresentação sobre o teor da apreciação. Informou o
44 trâmite ao longo de mais de dez anos, e tratativas entre diversos entes. Informou definição de Áreas
45 Tecnológicas. Informou motivos da área definida, referindo a existência de diferentes atividades relacionadas
46 e ambiente propício. Informou objetivos, relacionados ao favorecimento da articulação entre as atividades
47 existentes. Informou a intenção de formalizar a existência de pólo de tecnologia em Porto Alegre, atraindo
48 empresas do ramo tecnológico e o empreendedorismo. Deu detalhes. Ex-Presidente do COMCET, **Rita**
49 **Carnevale**, falou sobre o tema e seus objetivos. Referiu existência de escolas técnicas na região sugerida, de
50 formação de mão de obra especializada, de transporte e serviços necessários. Referiu a melhoria das
51 próprias moradias e possibilidade de evolução de outros serviços. Referiu importância de se pensar em novos
52 tipos de empreendimentos e tecnologias, e necessidade de se pensar nas REPOTs em época futura e não
53 apenas atual. Após as apresentações, houve rodada de manifestações. Conselheiro **Eduíno** (RP 7) se
54 posicionou favorável ao incentivo ao desenvolvimento, mas referiu preocupação com o artigo quarto, em
55 razão da possibilidade de processos especiais terem regramento próprio. Referiu a grande área de
56 abrangência do gravame. Referiu a maior abrangência na RP 7. Conselheiro **Arno** (RP 6) falou sobre a
57 necessidade de reservar áreas complementares às atividades do CEITEC e de gravames que garantam o
58 funcionamento de atividades tecnológicas. Opinou haver falha neste sentido. Informou que grandes empresas



ATA N.º 2472

1 optam por outras cidades que não Porto Alegre, assim como o deslocamento de profissionais, tendo em vista
2 a falta de gravames que dêem continuidade ao planejamento iniciado em 1990. Referiu a instituição da figura
3 seis do Plano Diretor. Referiu necessidade de detalhamento do artigo quatorze do Plano Diretor. Conselheiro
4 **Lotar** (RP 2) opinou também importante a definição de áreas mais específicas para receberem o gravame, e
5 que possam atuar de forma articulada. Deu exemplos de áreas existentes na RP 2. Conselheiro **Ibirá** (RP 1)
6 falou sobre a importância de incentivo na área da inovação, mas questionou o incentivo na forma de índices
7 construtivos. Opinou que o zoneamento previsto na Minuta devasse ser mais detalhado e a área menos
8 abrangente, em razão do incentivo estar previsto na forma de índices construtivos. Deu exemplos de
9 conseqüências possíveis à sobreposição de regimes. Conselheiro **Alceu** (OCDUA) falou sobre a necessidade
10 de atenção à apreciação, e deu exemplos de negligências verificadas ao longo do tempo que causaram
11 prejuízo ao desenvolvimento. E se posicionou favorável à aprovação. Conselheiro **Ronaldo** (RP 6) falou sobre
12 a relevância do projeto de lei. Reiterou a necessidade de reservar áreas no entorno do CEITEC. Opinou
13 necessária a previsão na lei de que os processos fossem enviados para a análise na InovaPoa, pela sua
14 estrutura técnica. Questionou o conflito de regimes, quanto ao patrimônio cultural, por exemplo. Disse ainda
15 que o artigo cinqüenta e dois do Plano Diretor já contempla os incentivos. Conselheiro **Jaime** (IPES) opinou
16 necessária a referência na minuta sobre o vínculo entre a REPOT e o orçamento do município. Questionou
17 sobre o artigo terceiro, referindo preocupação com o deslocamento para o COMCET da análise do EVU.
18 Opinou necessário ainda que houvesse a referência sobre a necessidade de vínculo entre as instituições
19 envolvidas. Conselheiro **Romano** (SERGS) opinou importante a criação de diretrizes, e não determinações
20 legais. Disse que existe a possibilidade de atrelar regimentos que protejam contra edificações por empresas
21 que tenham a intenção apenas de se beneficiar dos índices construtivos. Falou que houve a preocupação do
22 CMDUA para a preservação de área maior, quando da instalação do CEITEC. Opinou importante a aprovação
23 da minuta, e opinou que pudesse haver a complementação posterior na Câmara de Vereadores, para
24 aprimoramento. Conselheiro **Breno** (SPM) falou sobre o histórico dos trâmites. Disse da necessidade de
25 formalização da existência de áreas com o potencial tecnológico na cidade. Disse da importância para a
26 busca de recursos e criação de políticas de desenvolvimento. Disse que a minuta formaliza regras
27 urbanísticas já existentes no Plano Diretor. Disse que posteriormente à delimitação territorial haverá
28 necessidade de outras diretrizes complementares. Esclareceu sobre a existência de dois regimes
29 urbanísticos. Falou sobre a ineficácia de instituição de gravames diversos quando não são acompanhados de
30 políticas de utilização da área. Reiterou que a lei trata do Regime Urbanístico. Disse que o território responde
31 por uma vocação, que deve ser reconhecida. Disse da função do Plano Diretor, de estabelecer diretrizes de
32 desenvolvimento, mas também de reconhecer contextos existentes. Reiterou que as atividades nas regiões
33 atingidas pela minuta já são passíveis de aprovação, contudo existe a necessidade de formalizar a existência
34 de região com um maior potencial. Deu detalhes e opinou importante a aprovação da minuta. Conselheira
35 **Rosane** (GP) referiu o consenso em relação à importância da lei, mas em razão da preocupação quanto
36 delimitação da área, sugeriu a aprovação da lei com o indicativo de necessidade de revisão da abrangência
37 da área. **Presidente** informou que em relação abrangência da área, o Prefeito já se posicionou favorável,
38 tendo sido acrescentada a Restinga por manifestações das Regiões de Planejamento. Conselheiro **Ronaldo**
39 (RP 6) solicitou resposta sobre sua sugestão de incluir na lei a análise pela InovaPoa. Conselheiro **Breno**
40 (SPM) opinou importante esta inclusão. Conselheiro **Arno** (RP 6) opinou desnecessária a lei. Sugeriu retirada
41 da alínea dois do artigo quarto, tendo em vista que o Plano Diretor já possibilita as aprovações referidas.
42 Conselheiro **Eduino** (RP 7) propôs a retirada no artigo quarto "densidade e código 25, projeto especial com
43 nível próprio", e se posicionou favorável à aprovação da minuta com a referida modificação. Conselheiro
44 **Jaime** (IPES) opinou necessária aprovação, com o indicativo de alterações. Reiterou sua preocupação com o
45 Orçamento e com a responsabilidade do CMDUA por análises urbanísticas. Conselheiro **Romano** (SERGS)
46 opinou que a retirada do inciso segundo do artigo quarto tornava a lei sem função, pela falta de objetivos.
47 Disse que artigo nono esclarece que os limites poderão ser ajustados, desde que com a anuência do
48 COMCET e resolução do CMDUA. Reiterou que o CMDUA continua com sua responsabilidade pela análise
49 dos EVUs. Conselheira **Iara** (UFRGS) opinou necessária refinar a abrangência. Referiu que alguns dos
50 bairros atingidos ainda possuem características muito próprias, as quais poderiam sofrer prejuízo à sua
51 identidade. **Presidente** informou as propostas levantadas, as quais se referiam: à revisão do artigo segundo,
52 do artigo quarto, e de abrangência do mapa - sugerindo a possibilidade de aprovação com a anexação da ata
53 da reunião, para o encaminhamento destas questões antes da remessa do projeto de lei ao Prefeito.
54 Conselheiro **Arno** (RP 6) opinou necessária a votação das propostas. **Presidente** informou necessidade de
55 atuação conforme previsão regimental. Conselheiro **Sérgio** (RP 5) opinou necessária a formalização das
56 propostas no processo. Conselheira **Gilmara** (SMOV) reiterou que a possibilidade de alteração da delimitação
57 da área está prevista na minuta, conforme artigo nono. Conselheiro **Ibirá** (RP 1) opinou que caiba à relatora
58 manifestar a necessidade de consideração da ata anexada ao processo. Conselheiro **Arno** (RP 6) fez apelo



ATA N.º 2472

1 para que houvesse a votação das propostas. Conselheiro **Alceu** (OCDUA) solicitou diligências à SPM, para
2 analisar a possibilidade de modificação da Minuta. Conselheiro **Romano** (SERGS) se posicionou contrário ao
3 encaminhamento. Referiu estudo prévio realizado pela SPM e opinou necessário respeitar este trabalho.
4 Conselheiro **Alceu** (OCDUA) manteve a solicitação de diligências. Esta foi colocada em votação e foi
5 aprovada por doze votos favoráveis, nove votos contrários, e nenhuma abstenção. **Processo em diligências**
6 **à SPM.** Pelo adiantado da hora, os demais processos constantes em pauta foram adiados, os quais eram:
7 **Processo Quatro Ponto Dois.** Expediente 002.070968.10.1. Interessado: Tais Robinson. Assunto:
8 Resolução de Inclusão de Traçado Viário do Prolongamento do logradouro Rua Prof. Bernardeth da Rocha
9 Jackle. Local: Prolongamento da Rua Bernardeth da Rocha Jackle. Relator: Sindimóveis. Em diligências à
10 SPM em 12/04/2011. Retornou em 09/08/2011. Em diligências à SMAM em 23/08/2011. Retornou em
11 27/09/2011. **Adiado. Processo Quatro Ponto Três.** Expediente 002.070619.11.5 (Acompanha
12 002.080946.00.3 e 002.073645.06.0). Interessado: SPM. Assunto: Minuta de decreto – Regulamentação dos
13 Artigos 19, 20 e 21 da LC 630/09 que institui o Comitê de Desenvolvimento da Operação Urbana Consorciada
14 da Lomba do Pinheiro. Local: Lomba do Pinheiro. Relator: RP 7. Em diligências à SPM em 12/04/2011.
15 **Adiado. Processo Quatro Ponto Quatro.** Expediente 002.314575.00.1. Interessado: Construtora Edisul.
16 Assunto: EVU de Condomínio. Local: Av. Juca Batista, 3832. Relator: AGADIE. Vistas à RP 6 em 19/07/2011.
17 Em diligências à SPM em 23/08/2011. **Adiado. Processo Quatro Ponto Cinco.** Expediente 002.319982.00.7.
18 Interessado: Dala Santa Empreendimentos Imobiliários LTDA. Assunto: EVU de Edificação. Local: Av.; Diário
19 de Notícias, 1500. Relator: SERGS. Retornou em 13/09/2011. Conselheiro Sérgio RP 5 anexou parecer da
20 região em 27/09/2011. **Adiado. Presidente** deu início às **Comunicações.** Conselheiro **Eduíno** (RP 7) disse
21 que recebeu da EPTC solicitação para que os conselheiros enviassem propostas para projetos de garagens
22 subterrânea. Opinou que, anteriormente à solicitação de propostas, devesse haver plebiscito para que a
23 sociedade opine e discuta sobre a criação desse novo modelo urbano. Conselheira **Clarita** (RP 4) solicitou o
24 apoio dos conselheiros para encaminhar à SMF manifestação para a possibilidade de utilização pela
25 comunidade, de terreno abandonado na RP 4 - por falta de cuidados pelo permissionário. Reiterou que a
26 região já garantiu verba para a execução do projeto de creche junto ao Orçamento Participativo. Conselheiro
27 **Euclésio** (AGADIE) informou que encaminhou à mesa, em conjunto com os conselheiros, ofício para que o
28 DMLU esclarecesse sobre o tipo de lixo destinado às novas lixeiras. Conselheiro **Ibirá** (RP 1) falou que já
29 existe Termo de Referência enviado pelo Município relativo a projetos de estacionamento subterrâneo. Opinou
30 que, em razão de este envolver mais de quatrocentas vagas de estacionamento, era necessária a análise
31 prévia pelo CMDUA. Solicitou esclarecimentos. **Presidente** informou que existe apenas uma manifestação de
32 interesse. Conselheiro **Breno** disse que o caso não é matéria de análise pelo CMDUA. Informou que o modelo
33 requer lei autorizativa da Câmara de Vereadores, e que o prefeito deverá se valer de consultoria a ser
34 subsidiada pelas manifestações de interesse - procedimento permitido pela lei das PPPs, a qual dará um grau
35 de certeza técnica ao encaminhamento à Câmara. **Presidente** informou que a consideração do Conselheiro
36 Ibirá poderia ser enviada ao Prefeito e que antes do envio à Câmara o processo tramitaria no CMDUA. E deu
37 início aos **Assuntos Gerais.** Informou que no dia da reunião, às vinte horas, se encerrava o processo de
38 credenciamento das Regiões de Planejamento, para participar das eleições do CMDUA. Às vinte horas e
39 quarenta e cinco minutos, foram encerrados os trabalhos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano
40 Ambiental. Eu, **Ana Paula Tomasi**, juntamente com o **Presidente**, assino e lavro a presente ata.

41
42
43
44
45
46
47
48

Ana Paula Tomasi
Secretária Executiva

Márcio Bins Ely
Presidente

Não foram sugeridas retificações à presente ata.